Interno do CSMP.

4.1.2. Processo n.º 000270-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB) e a Vereadora Marinor Brito (CMB)

Origem: 4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto aos atos dos agentes da SEMOB, a partir de denúncias de cobranças abusivas de taxas de guincho e abuso de autoridade, não utilização da empresa vencedora da licitação, além de suposta exigência da gestora da autarquia quanto ao cumprimento de metas em relação à aplicação de multa pelos agentes de trânsito

O Exmo. Conselheiro Marcos Antônio Ferreira das Neves pediu vista do processo.

4.1.3. Processo n.º 000107-806/2015 – Retirado da pauta do 9º Plenário Virtual, pelo Conselheiro Marcos Antônio Ferreira das Neves

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Edmilson Barbosa Leray

Origem: 5ª PJ de Dir. Const. Fund., Ações Const., Def. da Prob. Adm. e Faz. Pub. de Altamira

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo Promotor de Justiça aposentado Edmilson Barbosa Leray, fato este objeto dos autos de sindicância nº 1429/2013-47-CNMP, oriundos do Conselho Nacional do Ministério Público

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, a partir da divergência levantada pelo Conselheiro Marcos Antônio Ferreira das Neves e nos termos do voto REFLUÍDO, em sessão, do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, visto que a questão tratada nos autos estava prescrita por não existir ação penal contra o requerido.

Item 4.1.3 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Francisco Barbosa de Oliveira e Nelson Pereira Medrado. A Exma. Corregedoria-Geral do MPPA, em exercício, Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja, absteve-se de votar.

4.2. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES:

4.2.1. Processo n.º 000160-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, H.P.S.N. e I.R.M.

Requerido(s): A.C.P.O.J.

Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa consistente em suposto descumprimento de decisão judicial

O item foi apregoadado como sigiloso e o Exmo. Conselheiro Relator, Dr. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES, sugeriu que não fosse interrompida a transmissão da sessão, quando do julgamento deste processo. O E. Conselho Superior, à unanimidade, concordou com o sugerido e DECIDIU pela não interrupção da sessão. Após, o Conselheiro Relator leu o relatório de seu voto. Em seguida, foi oportunizada manifestação, durante 15 (quinze) minutos, ao Sr. Higino Pereira da Silva Neto. Ato contínuo, o Conselheiro Relator proferiu o seu voto.

Diante o exposto, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do CSMP, visto que não restou configurado ato de improbidade administrativa e devido ao fato do instituto da prescrição ter alcançado o caso.

Item 4.2.1 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Dulcelinda Lobato Pantoja, Corregedoria-Geral do MPPA, em exercício e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Francisco Barbosa de Oliveira e Nelson Pereira Medrado.

4.3. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

4.3.1. Processo n.º 000022-012/2019

Requerente(s): Associação do Ministério Público do Estado do Pará (AMPEP)

Requerido(s): Conselho Superior do MPPA (CSMP)

Origem: Conselho Superior do MPPA (CSMP)

Assunto: Requerimento Administrativo de regulamentação das Promotorias de Justiça de difícil provimento, para o fim de pagamento da gratificação prevista no art. 50, inciso IX da Lei n.º 8.625/93, bem como para fixação de critérios de merecimento

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, APROVOU a proposta de resolução que dispõe sobre a definição de critérios para fixação de cargo de Promotor de Justiça de difícil provimento, conforme o texto abaixo. DECIDIU, ainda, oficial à Procuradoria-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do MPPA, para conhecimento da resolução aprovada e solicitação de providências, para fins de cumprimento ao art. 4º da referida norma, encaminhando-se a lista de indicação de Promotorias de Justiça de difícil provimento, apresentada em reuniões administrativas, para subsidiar a análise daqueles Órgãos da Administração Superior.

Art. 1º Regulamentar os critérios para fixação das Promotorias de Justiça de difícil provimento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 2º Os cargos de Promotor de Justiça de difícil provimento serão fixados pelo Conselho Superior do Ministério Público, atendendo os seguintes critérios:

I- Deficiência dos meios de acesso, transporte, comunicação, subsistência e acomodação, de modo a resultar precariedade nas condições da efetiva atuação do Órgão do Ministério Público no local;

II- Volume de serviço afeto ao respectivo cargo de Promotor de Justiça;

III - Cargo de Promotor de Justiça com alta taxa de vacância, com período superior a seis meses ou cargos disponibilizados para provimento inicial.

Parágrafo único. A deficiência de meios de transporte a que se refere o inciso I, diz respeito às Promotorias de Justiça que não tenham acesso direto por via pavimentada ou voos comerciais, ou que demandem viagem por embarcação com duração superior a 06 (seis horas), a partir da Sede da Região Administrativa ou da Promotoria de Justiça que o membro esteja acumulando.

Art. 3º Para definição da Promotoria de Justiça de difícil provimento, devem ser preenchidos, pelo menos, dois dos critérios definidos no artigo 2º desta resolução.

Art. 4º Anualmente, até o mês de novembro, o Conselho Superior fixará, por meio de resolução, para o ano seguinte, a relação das Promotorias de difícil provimento.

Parágrafo único. Para cumprimento deste artigo, a Procuradoria-Geral de Justiça, em conjunto com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, deverão encaminhar ao Conselho Superior do Ministério Público, para deliberação, a lista dos cargos de Promotor de Justiça que entenderem enquadrar-se nas hipóteses de difícil provimento, até o mês de outubro de cada ano.

Art. 5º A compensação financeira ao Promotor de Justiça, que estiver no exercício de Promotoria de Justiça de difícil provimento, será definida por ato da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do art. 50, inciso IX, da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 c/c art.18, inciso XVIII, alínea "i", 3, da LCE n.º 057, de 06.07.20096, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em ____ de _____ de 2021.

Item 4.3.1 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Dulcelinda Lobato Pantoja, Corregedoria-Geral do MPPA, em exercício e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Francisco Barbosa de Oliveira (relator) e Nelson Pereira Medrado.

5. Comunicação de vagas.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO da existência de vagas e DECIDIU pela abertura de editais para os seguintes cargos:

03 (três) vagas para remoção na 3ª entrância: 5º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM, 4º PJ DE MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL E HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM e 1º PJ CRIMINAL DE ICOARACI;

02 (duas) vagas para promoção à 3ª entrância: 5º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM (antiguidade) e 1º PJ CRIMINAL DE ICOARACI (merecimento);

10 (dez) vagas para remoção na 2ª entrância: 6º PJ DE ÓRFÃOS, INTERDITOS E INCAPAZES, IDOSOS, DEFICIENTES, MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL, DEFESA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS, HABITAÇÃO E URBANISMO DE PARAUPEBAS, 3º PJ CÍVEL E DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE MARITUBA, 2º PJ DE NOVO PROGRESSO,

1º PJ CRIMINAL DE ALTAMIRA, 1º PJ CRIMINAL DE REDENÇÃO, 2º PJ DE CANAÃ DOS CARAJÁS, 5º PJ DE DEFESA COMUNITÁRIA E DA CIDADANIA DE CASTANHAL, 2º PJ DE XINGUARA, PJ DE IGARAPÉ-AÇU e PJ DE MARACANÁ;

05 (cinco) vagas para promoção à 2ª entrância: 2º PJ DE NOVO PROGRESSO (antiguidade), 1º PJ CRIMINAL DE ALTAMIRA (merecimento), 1º PJ CRIMINAL DE REDENÇÃO (antiguidade), 2º PJ DE CANAÃ DOS CARAJÁS (merecimento) e 2º PJ DE XINGUARA (antiguidade).

6. O que ocorrer.

O Exmo. Conselheiro Secretário, Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, lembrou a todos os presentes sobre a próxima Sessão Administrativa do Conselho Superior, agendada para ocorrer no dia 20/10/2021 (quarta-feira), às 14h. Aproveitou e convidou todos os Conselheiros Suplentes a participarem de tal reunião. Na oportunidade, o pleno do Conselho, por unanimidade, após justificativa apresentada pelo Exmo. Sr. Secretário, decidiu adiar a 11ª Sessão Ordinária para o dia 19/11/2021 (sexta-feira).

Nada mais foi deliberado.

Belém-PA, 18 de outubro de 2021.

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MPPA

SÚMULA nº 01/2021-MP/CSMP, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 26, inciso XXIII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006, combinado com o art. 4º, inciso XXII, do seu Regimento Interno, que dispõem sobre a competência do órgão de editar súmulas, provimentos, resoluções e outros atos de caráter normativo em matéria de suas atribuições,

DECIDE, à unanimidade, que, quando o objeto do Procedimento Preparatório ou do Inquérito Civil corresponder, de fato, a objeto de Procedimento Administrativo, não será competência do Conselho Superior do Ministério Público homologar a sua promoção de arquivamento e será recebido pelo Colegiado apenas para ciência, nos termos do art. 12, da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público c/c